

RAMOS, Marta Anaísa Bezerra; SILVA, Camilo Rosa. Hipotaxe adverbial e gramaticalização: a função juntiva de advérbios e preposições em artigos de opinião. *ReVEL*, v. 12, n. 22, 2014. [www.revel.inf.br].

## HIPOTAXE ADVERBIAL E GRAMATICALIZAÇÃO:

### A FUNÇÃO JUNTIVA DE ADVÉRBIOS E PREPOSIÇÕES EM ARTIGOS DE OPINIÃO

Marta Anaísa Bezerra Ramos<sup>1</sup>

Camilo Rosa Silva<sup>2</sup>

martaanaisa@gmail.com

camilorosa@gmail.com

**RESUMO:** Neste trabalho, centramo-nos nos elementos de função juntiva – advérbios e preposições, entendendo que, tanto quanto as conjunções, essas palavras gramaticais conectam orações ou porções textuais e, ao propiciarem diferentes relações semânticas entre as informações, orientam a argumentação. Ressaltamos que a distinção estabelecida entre as classes referidas e as conjunções tem origem no critério distribucional: atribui-se caráter nominal a advérbios e preposições por antecederem nomes; e caráter verbal/oracional às conjunções por antecederem verbos. Em contraponto, trazemos para análise excertos de artigos de opinião extraídos das revistas *Veja* e *Época*/2011, nos quais identificamos formas linguísticas que, embora não rotuladas de conjunções (*aliás, ao contrário*, além das preposições *por, ao, para, sem*, diante de forma verbal infinitiva), assumem o papel tipicamente conferido a essa classe, o de conector. Intentamos destacar a não discretude na distribuição das categorias gramaticais e a mobilidade das preposições e advérbios. Os dados sinalizam para a diversidade de recursos disponíveis ao usuário da língua quando do estabelecimento da articulação via hipotaxe, aliando aspectos semânticos e discursivos. Nossa reflexão, alicerçada na visão funcionalista da linguagem, fundamenta-se, entre outros autores, em Bechara (1999), Silva (2005), Castilho et al. (2008), Castilho (2009; 2010) e Moura Neves (2000; 2006).

**PALAVRAS-CHAVE:** advérbios; preposições; juntivos; gramaticalização; texto.

## INTRODUÇÃO

Se usuários da língua familiarizados com a terminologia morfossintática da gramática forem questionados sobre as formas responsáveis pelos elos oracionais, em outras palavras, pela coesão sequencial, é provável que lhes venha à mente as conjunções como representativas dessa função. Se, por um lado, essa intuição se confirma, sinalizando para o fato de haver, na organização do sistema linguístico, uma correlação entre forma e função,

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual da Paraíba e Doutoranda em Linguística na Universidade Federal da Paraíba.

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba.

razão de os diferentes elementos linguísticos serem distribuídos em várias categorias, por outro lado, esconde-se outra verdade: a de que termos pertencentes a classes que desempenham outras funções, como a do advérbio e a da preposição, também são habilitados a assumir aquela função relacional... daí, falarmos em flutuação categorial<sup>3</sup>.

Essa situação torna oportuna a afirmação de Bagno (2011), de que é difícil distinguir classe lexical de função sintática, em virtude de a multifuncionalidade ser uma propriedade das palavras, razão por que a dicotomia classe/função se mantém apenas para efeito de análise. No caso específico da função adverbial, esta pode ser preenchida por sintagmas nominais e preposicionais. Por isso, Castilho *et al.* (2008, p. 403) alertam para a distinção entre os advérbios propriamente ditos e os adverbiais, “isto é, os Sintagmas Nominais e Sintagmas Preposicionais que assumem função de advérbio”. Significa dizer que os traços *conexão* e *adjunção* são comuns a essas categorias. Convém lembrar que a distinção estabelecida entre preposições e conjunções tem origem no critério distribucional, particularmente na natureza do termo consequente: atribui-se caráter nominal às preposições por antecederem nomes; e verbal/oracional às conjunções, por antecederem verbos. Mas, em situações reais de uso, verificamos que conjunções também ligam termos, do mesmo modo que preposições, independentemente de participarem de locuções conjuntivas, ligam orações.

Em se tratando das relações adverbiais, vale afirmar que o advérbio é um elemento periférico, por atuar não como argumento verbal, mas se prestar à expressão de variadas circunstâncias, daí as orações adverbiais serem consideradas satélites. Essa função de predicação ou qualificação dos advérbios é também assumida pela preposição e pela conjunção, fato evidenciado quando da formação de locuções conjuntivas em cuja constituição se encontram verbos, preposições e advérbio junto ao transpositor *que*. É oportuno frisar que, sob o prisma semântico, as preposições tanto quanto as conjunções são portadoras de sentidos múltiplos, sendo essa amplitude de sentido fator determinante da separação entre as preposições mais e as menos gramaticalizadas.

Chegamos, portanto, ao ponto central deste trabalho: embora admitamos que o papel de conector seja tipicamente realizado pelas conjunções, há uma série de construções de que participam formas linguísticas diversas (*ao invés, aliás, ao contrário*, além das preposições *por, ao, para, sem*, diante de verbo no infinitivo) que não são rotuladas de conjunções, mas funcionam como conjuntivos. Destarte, trazemos para análise, no presente estudo, 10 (dez)

---

<sup>3</sup> Na perspectiva funcionalista, esse fenômeno não constitui mudança de classe gramatical, mas extensão de função, processo que encontra explicação na teoria da gramaticalização.

excertos retirados de 09 (nove) artigos de opinião<sup>4</sup> veiculados em 07 (sete) revistas semanais (quatro de *Época* e três de *Veja*, 2011 – ver quadro abaixo) nos quais identificamos as formas mencionadas. Nosso objetivo básico é evidenciar que os nexos no plano oracional ou textual não são privilégio de uma única classe gramatical.

ÉPOCA	ARTIGOS	VEJA	ARTIGOS
17/01/2011	Catástrofes: os problemas estão nas prefeituras	16/03/2011	Universalização da educação infantil: solução ou armadilha
09/05/2011	A arma errada para lutar com o dragão	11/05/2011	- O que o Brasil quer ser quando crescer - Mais um portento
23/05/2011	- Tempos sombrios com líderes sem limites - Strauss-Kahn e os tolos estereótipos sobre moral	08/06/2011	O ministro não conta
06/06/2011	O pepino de Dilma	-	-

**Quadro 1:** relação dos artigos selecionados para a coleta dos dados

Nossa discussão é guiada pelos estudos de Bechara (1999), Moura Neves (2000; 2006), Decat (2001), Silva (2005), Ilari *et al.* (2008), Castilho *et al.* (2008), Castilho (2009; 2010), entre outros autores.

Para a reflexão ora proposta, subdividimos o conteúdo deste artigo em cinco seções temáticas, a saber: na seção (2), abaixo, tratamos brevemente dos postulados do funcionalismo e da gramaticalização; logo após, em (3), caracterizamos a hipotaxe adverbial; na sequência, em (4), centramo-nos na análise dos dados, etapa em que reunimos, inicialmente, noções-chave relativas às propriedades sintático-semânticas das classes em foco, passando, depois, à observação do comportamento das preposições em estruturas reduzidas (4.1) e dos conectores de origem adverbial (4.2). Em (5), tecemos as considerações finais.

<sup>4</sup> Optamos pela exposição de uma pequena amostra, para atender aos limites de um artigo; devemos, porém, destacar que os fatos observados representam usos bastante recorrentes em diversos artigos consultados, considerando a dimensão bem mais ampla do *corpus*.

## 2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE FUNCIONALISMO E GRAMÁTICA(LIZAÇÃO)

Compreender os princípios que governam o uso natural da língua constitui o interesse da vertente funcionalista da linguagem. Por entenderem que a língua reflete a relação entre os usuários e o contexto social, os funcionalistas concebem a gramática, nos termos de Neves (1997), como um conjunto de regularidades linguísticas, motivadas por fatores externos (condição dos usuários da língua, sua relação com o meio) e pelas funções comunicativas, logo, o processo interacional. Nesse sentido, a gramática de uma língua é reflexo dos condicionamentos semânticos e pragmáticos dos usos. Logo, a explicação dos fatos sintáticos deve levar em conta os vários níveis de realização gramatical – fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático. Acrescente-se que, por considerar a língua como uma “estrutura maleável, cuja não arbitrariedade é constitutiva de uma codificação passível de influência das pressões de uso, a abordagem funcionalista admite que a *forma* é produto de fenômenos não linguísticos, derivados de processos cognitivos” (SILVA, 2005, p. 51).

Dada a influência do discurso, a sintaxe, sob a ótica funcionalista, é uma estrutura suscetível a mudanças, pois a forma gramatical é moldada conforme as estratégias de organização das informações usadas pelos falantes na interação. Por essa razão, a “sintaxe existe para desempenhar certa função e é esta função que determina sua maneira de ser” (MARTELOTTA; AREAS, 2003, p. 24). Ao admitirem que a estrutura gramatical é passível de modificação em virtude das pressões do contexto de uso da língua, a **função** assume, para os funcionalistas, um papel central. Em outros termos, se a linguagem é funcional por natureza, porque tem uma finalidade, as formas linguísticas servem a várias funções, isto é, são configurações de funções, e as diferentes funções atendem aos diferentes significados materializados no enunciado (NEVES, 2006).

Em decorrência da constante transformação por que passa a gramática, surge um novo conceito de gramática que integra as noções de construção, de processo, culminando na denominação de gramática emergente, proposta por Hopper (1987) que, por sua vez, implica a noção de **gramaticalização**. A gramaticalização ocorre quando, pela repetição dos usos, uma forma vem a constituir uma norma, vindo a fazer parte da gramática. Assim, novas formas ou combinações sintáticas são criadas e convivem ao lado daquelas já existentes, sem que necessariamente estas caiam em desuso, pondo em relevo o caráter polissêmico da língua.

Cabe aqui citar os dois princípios descritos por Martelotta e Areas (2003, p. 57), fundamentados em Hopper (1991): o de *camadas*, que consiste na disponibilidade, na língua, de formas divergentes para indicar funções idênticas, ou seja, duas formas concorrentes, e o

de *divergência*, que consiste na ocorrência de uma só forma que assume diferentes funções. Martelotta e Areas (2003, p.51) delimitam dois mecanismos no processo de gramaticalização - um deles compreende a migração de um elemento do léxico para a gramática (*gramaticalização stricto sensu*), o outro compreende as mudanças ocorridas no interior da gramática (*gramaticalização lato sensu*), o que justifica o fato de um elemento gramatical se tornar ainda mais gramatical.

### 3. CLÁUSULAS ADVERBIAIS: RELAÇÃO SINTAXE E CONSTRUÇÃO DO TEXTO

Tradicionalmente, a abordagem do processo de combinação de orações, também referido como “período composto”, se sustenta no critério da independência ou dependência sintática entre as orações, levando a distinguir dois mecanismos de construção de períodos – a coordenação e a subordinação. Enquanto a *coordenação* implica a combinação de orações de mesma natureza e função, já que uma oração não é termo da outra, ou seja, nenhuma delas representa função em outra; a *subordinação* implica relação de natureza hierárquica, já que uma oração preenche uma função em relação à outra, obedecendo à estrutura de constituintes. Assim, se o termo oracional está em relação argumental com o predador (verbo), caracterizando-se como complemento, classifica-se como *subordinada substantiva*, cujas subclassificações atendem às funções dos constituintes - sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento relativo, predicativo, aposto; se as orações funcionam como adjunto adnominal e adjunto adverbial, classificam-se como *subordinadas adjetiva e adverbial*<sup>5</sup>, respectivamente.

Se, por um lado, o tratamento do período composto na gramática tradicional limita-se ao plano da superfície da sentença, abordagens funcionalistas, por outro lado, apontam nova direção ao estudo da articulação de orações, abarcando outros níveis de análise, além do sintático. Ressaltamos que não há apenas um modelo funcionalista, há visões diferenciadas embora complementares.

Halliday (1994), discordando da dicotomia adotada pela tradição, propõe outro modelo de análise, alicerçado no estabelecimento de dois eixos que, integrados, terminam por reorganizar o quadro das orações complexas, delineando três categorias - a *relação*

---

<sup>5</sup> Vale destacar que as estruturas aqui tomadas como objeto de estudo compreendem o mecanismo de articulação oracional denominado **hipotaxe adverbial**, por envolver a combinação de elementos de natureza distinta, mas que, ao contrário da subordinação, não se trata de uma relação de *constituência* – em que um constituinte é termo de outro, ou melhor, complemento sintático –, mas de elementos que estabelecem *relações lógico-semânticas*.

*paratática*, a *relação hipotática* e a relação de *constituência*. Os dois eixos que norteiam essa visão são o sistema tático e o sistema lógico-semântico. O primeiro leva em conta a *correlação entre elementos*, daí denominar de parataxe a relação entre elementos de mesmo estatuto e de hipotaxe, a relação entre elementos de estatuto diferente; o segundo eixo considera o *papel semântico-funcional*, daí a divisão entre relação de expansão e a de projeção. Esse modelo é ampliado por Matthiessen e Thompson (1988), que sinalizam para as funções discursivas, ancoradas na visão de que

a avaliação do grau de interdependência das orações de um enunciado complexo (a parataxe e hipotaxe de Halliday, 1985) tem de completar-se com a consideração das funções discursivas, isto é, não pode resolver-se totalmente no nível interno à frase (NEVES, 2006, p. 229).

bem como na defesa de que a combinação de orações, referindo-se às orações adverbiais:

reflete a organização retórica do discurso: relações como causa, condição, concessão, etc. são relações que existem entre quaisquer partes de um texto, e que podem gramaticalizar-se na combinação de orações [...] (NEVES, 2006, p. 229).

Nessa linha de pensamento, situam-se as pesquisas realizadas por Antonio (2008) e por Decat (2002), que enfatizam o importante papel das cláusulas adverbiais na organização da coerência textual e na orientação discursiva. Como forma de situar o leitor, apresentamos, na sequência, seus objetos de estudo e alguns resultados.

O primeiro, tendo como objeto de estudo narrativas orais e escritas e estando subsidiado pela teoria da Estrutura Retórica dos textos, faz a descrição das relações retóricas que se estabelecem entre as partes dos textos, mediadas pelas orações adverbiais. A categorização das partes das narrativas obedece à classificação proposta por Mann e Thompson (1987), que delimitaram vinte e cinco categorias distribuídas em dois blocos: *relações núcleo-satélite* e *relações multinucleares*. No primeiro, “uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo)” e no segundo, “uma porção do texto não é ancilar da outra, sendo cada porção um núcleo distinto” (ANTONIO, 2008, p. 224). No *corpus* analisado, identificaram-se algumas categorias que atuaram na organização textual, quais sejam: *background*, *solução*, *resolução*, *elaboração* e *resultado*; em se tratando das relações que atuaram na combinação de orações paratáticas, observaram-se relações de *sequência*, de *lista* e de *contraste* e, no caso das relações hipotáticas, encontraram-se relações de *evidência*, de *justificativa*, de *causa*, de *concessão*, de *propósito*, de *modo*, de *meio* e de *circunstância*. Ou seja, faz-se a conciliação entre as camadas organizacionais dos textos e as diferentes

modalidades de orações. O autor conclui que a forma de combinação das orações é a representação material da organização do discurso, resultado que serve para comprovar que os diferentes gêneros de texto apresentam sequências linguísticas específicas de acordo com o tipo de relação retórica evidenciada nas porções textuais, confirmando o princípio defendido pelo conhecido “funcionalismo da Costa-Oeste” de que há uma relação entre a gramática e o discurso.

Quanto à Decat (2002), analisa textos escritos resultantes de retextualizações ora de textos de língua falada ora de textos escritos. Tendo como foco as orações adverbiais, a autora procura identificar as operações envolvidas quando da passagem de um texto para outro – se há manutenção das relações semânticas e por meio de que marcas se materializam no texto final, e como se dá a seleção de novas estruturas. Evidenciam-se duas estratégias – uma caracterizada como  *fusão/condensação*, que consiste no ‘enxugamento’ de informações, objetivando evitar redundância ou ambiguidade de informação, e a outra caracterizada como *desdobramento*, que, contrariamente à primeira, consiste numa reformulação que estende o conteúdo, embora possa ter a mesma meta – evitar equívocos. Na estrutura de desdobramento, depreende-se uma *proposição relacional*, assim referida por Mann e Thompson (1988, *apud* Decat, 2002), por corresponder ao conteúdo inferido da combinação das orações. Essa relação pode ser, por exemplo, de justificativa/motivo, condição, sequência. A estrutura de reformulação, que objetiva a explicitude de conteúdo, é caracterizada por Halliday (1994) como de realce, entendendo-se que a estrutura expandida é tomada como satélite com relação à oração-núcleo. A autora procura mostrar mediante a pesquisa que “é possível detectar a organização discursiva e os objetivos comunicativos a partir do modo como as orações se combinam.” (DECAT, 2002, p. 178).

Em ambos os trabalhos, reforça-se a ideia de que o estudo do processo de combinação de orações não deve se limitar à mera classificação das orações (coordenadas/subordinadas) nem tampouco se deve especificar as relações semânticas que se estabelecem entre as orações levando em conta apenas o conector/conjunção que inicia a oração, prática comum nos manuais didáticos, pois um único conector pode permitir a inferência de múltiplos sentidos.

#### **4. ADVÉRBIOS, PREPOSIÇÕES E CONJUNÇÕES: CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONALIDADE NOS TEXTOS**

Neste tópico, retomamos um ponto mencionado na introdução, no caso, a conflitante situação em que nos confrontamos quando o propósito é delimitar as propriedades

morfossintáticas das categorias gramaticais, pois não é tão simples distinguir classe lexical e função sintática. Intentamos demonstrar que a função sintática é o ponto de interseção entre as classes ora focalizadas. A esse respeito, Castilho *et al.* (2008) alertam para a dificuldade em estabelecer fronteiras entre: a) advérbios e adjetivos, b) advérbios e operadores do discurso e c) advérbios e adverbiais, estes reconhecidos como sintagmas nominais e preposicionais que assumem funções próprias de advérbios.

Para guiar a nossa reflexão em torno desse último grupo, tomamos como objeto de estudo as definições dessas classes, conforme Azeredo (2000):

CLASSES	DEFINIÇÕES
Advérbio	“palavra invariável que serve de núcleo a um sintagma adverbial” (p. 143).
Preposição	“palavra invariável que <i>precede uma unidade nominal</i> – substantivo, pronome substantivo, infinitivo -, convertendo-a em constituinte de unidade maior [...]” (p. 144, grifos nossos).
Conjunção	“palavra invariável <i>que precede uma oração desenvolvida</i> , convertendo-a em constituinte de uma oração maior [...]” (p. 145, grifos nossos).

Da comparação dessas definições, identificamos uma propriedade comum às três classes – a adjunção. Além disso, preposições e conjunções se assemelham quanto ao papel de *transpositor*, à medida que habilitam um termo a desempenhar outra(s) função(ões), ou seja, mudam a função do constituinte. No primeiro caso, substantivos, pronomes substantivos e infinitivos transformam-se em adjuntos adnominais ou adverbiais e, no segundo, sintagmas nominais transformam-se em orações – substantivas, adjetivas ou adverbiais. Logo, são elementos de função conectiva, deferindo sob o aspecto distribucional, pois aponta-se como marca da preposição a precedência ao sintagma nominal e da conjunção, ao sintagma oracional.

Castilho (2009) enxerga convergências e divergências entre essas classes. Nas palavras do autor: “Preposições e advérbios são predicadores, isto é, atribuem ao seu escopo propriedades de que ele não dispunha” e, ainda, “Preposições e conjunções integram a classe dos nexos gramaticais. Ambas ligam palavras e sentenças” (CASTILHO, 2009, p. 288). Por outro lado, a distinção entre preposições e advérbios situa-se no fato de as primeiras, ao contrário destes, serem transitivas e estabelecerem nexos sentenciais; já a distinção entre preposições e conjunções situa-se no campo semântico, uma vez que preposições atribuem as



propriedades de espaço e movimento ao seu complemento, papel não assumido pelas conjunções.

Confrontando os pontos de vista de Azeredo (2000) e Castilho (2009), notamos que apenas o último atribui às preposições o papel de introduzir sentenças. No momento em que Azeredo afirma que a conjunção precede oração desenvolvida e toma o infinitivo como um sintagma nominal, mostra-se coerente em relação ao princípio de que conjunção antecede sintagma oracional (SO) e preposição, sintagma nominal (SN), mas parece omitir que a estrutura reduzida de infinitivo tenha caráter oracional.

A respeito da oposição oração desenvolvida/oração reduzida, podemos afirmar que não há consenso entre os gramáticos quanto ao critério de distinção, o que gera confusão. Se para alguns autores, a exemplo de Garcia (2000), o reconhecimento da oração desenvolvida é determinado pela presença de um conectivo, enquanto o da oração reduzida, pelo da forma nominal do verbo, como comprova o trecho “As três famílias de orações subordinadas [...] podem ser *desenvolvidas* [...] quando têm conectivo, ou reduzidas, quando o verbo está numa das suas formas nominais [...]” (GARCIA, 2000, p. 45); para outros, o critério de identificação da oração desenvolvida é a flexão verbal, e não a presença do conectivo, como esclarece Bechara (1999, p. 513), para quem a oração desenvolvida assim se denomina por apresentar verbo na forma finita, seja imperativo, subjuntivo ou indicativo.

Diante desse quadro, depreendemos que as gramáticas admitem que uma preposição introduz uma sentença de caráter adverbial constituída por uma forma verbinominal (ou verboide), que tem equivalência a uma oração cujo verbo se apresenta na forma finita; mas, mesmo assim, não contemplam nas definições de preposição a unidade ou sintagma oracional, o que só reforça a resistência à aceitação da preposição como um termo conjuncional.

Como forma de sistematizar esta exposição, subdividimos este tópico em duas seções. Primeiramente, analisamos o emprego das preposições nas estruturas reduzidas, apresentando os fragmentos de textos retirados dos periódicos (4.1); depois, analisamos o uso das partículas que, embora não rotuladas de conjunção, assumem a função conectora (4.2).

#### **4.1. PREPOSIÇÕES E ESTRUTURAS ORACIONAIS REDUZIDAS**

Discutindo o estatuto das orações reduzidas, Bechara (1999, p. 513) esclarece que a opinião mais generalizada dos gramáticos é a do não reconhecimento das estruturas de que fazem parte verbos sob as formas de *infinitivo*, *gerúndio* e *particípio* enquanto oração, por conceberem-nas como “uma subunidade da oração, um termo dela, quase sempre como um

adjunto adnominal ou adverbial”. Por outro lado, o autor opta em “dar um estatuto à parte às orações reduzidas de qualquer forma nominal do verbo desde que apresentem autonomia sintática dentro do enunciado e possam estar estruturadas analogamente às orações com verbo de forma finita, as desenvolvidas” (BECHARA, 1999, p. 514).

Azeredo (2000), ao discorrer sobre a sintaxe das formas nominais do verbo, faz uma valiosa observação que é complementar à posição de Bechara (1999). Conforme Azeredo, essas formas se assemelham às formas verbais plenas quanto à possibilidade de apresentarem sujeito e objeto, distinguindo-se, porém, destas últimas, por serem inflexíveis quanto à expressão de tempo e modo. Por outro lado, ressalva:

Estas formas revelam-se, contudo, extraordinariamente versáteis pela possibilidade de se tornarem sintagmas graças ao processo de transposição. Expande-se desse modo o emprego delas, possibilitando que orações assumam, sob a forma de infinitivo, o lugar sintático dos sintagmas nominais, e sob a forma de gerúndio ou de particípio o lugar sintático dos sintagmas adjetivais e adverbiais (AZEREDO, 2000, p. 239).

Portanto, admite o emprego das formas nominais em estruturas oracionais, de modo que sua falha reside na omissão quanto ao emprego do infinitivo na formação de sintagmas adverbiais, o que implica a ideia de que as formas reduzidas de infinitivo só integram orações substantivas. Aceitando o primeiro postulado de Azeredo, que se sustenta no nível sintático, estamos propensos a aceitar a estrutura reduzida de infinitivo, quando composta dos seus constituintes (sujeito expresso ou elíptico, objeto direto ou indireto, complemento relativo, etc.) como uma oração, de modo que a forma verbal abriga mais características verbais do que nominais.

Também Castilho (2010, p. 592), quando da análise das preposições no nível sintático, anuncia que estas podem ter como escopo: i) sintagma nominal; ii) outro sintagma preposicional; iii) sintagma adverbial e iv) sentença com verbo nominal. Como é este último grupo o foco de interesse deste trabalho, reproduzimos os dois exemplos citados pelo autor – um sob a forma reduzida de infinitivo: “*Ao retirar* o carro da garagem, vi o ladrão”; e outro sob a forma de reduzida de particípio: “*Apesar de abalado* com os resultados, mesmo assim continuou dando aulas” (grifos nossos).

Além desses autores, Bechara (1999, p. 518), tratando dos matizes semânticos das orações adverbiais, salienta que “é de toda conveniência conhecermos as principais preposições que correspondem a ‘conjunções’ subordinativas adverbiais”. Especificamente quanto às reduzidas de infinitivo, o autor lista uma série de preposições e locuções

prepositivas, em conformidade com os valores de causa (*com, em, por, devido a, em virtude de, em vista de*); concessão (*sem* - negando a causa e a consequência -, *apesar de, não obstante*); condição (*a, sem*); consequência (*de*); finalidade (*a, de, para, em, a fim de*); meio e instrumento (*com, de*) e tempo (*antes de, a, depois de, após, prestes a, até*). Vejamos alguns exemplos, selecionados dentre os vários elencados pelo autor:

“... é tão desairoso falar um homem a sua língua mal, sob o pretexto de que ela é difícil, como tirar as botas num salão *por lhe doerem os calos*” [SR.1].

“Este era funestamente o sistema colonial adotado pelas nações que copiavam *sem o entender* nem fecundar, como os romanos, o governo discricionário das províncias avassaladoras” [L Co *apud* FB. 1, 215].

Saíram *não obstante terem ouvido os conselhos do pai*.

“*Apesar, porém, da casa ser tida* como imagem dos perigos e privações da guerra, e do duque *haver adquirido* com ela grande disposição e robusteza, observou-se depois que as armas o atraíram pouco” [RS.2. IV,96].

“... houve quem visse, ou fingisse ver, um notável reflexo que *a ser verdadeiro* devia nascer das muitas luzes que provavelmente estariam acesas” [AH.2,83].

“Tudo isso diz o quadro a quem tiver olhos para ver, coração *para sentir, entendimento para perceber*” [AH.2,105].

“Tais eram as minhas reflexões *ao afastar-me* do pobre...” [AH.2,190].

“A borboleta, depois de esvoaçar muito em torno de mim, pousou-me na testa” [MA.1,99].

[...] (BECHARA, 1999, p. 518-522)

Até o momento, procuramos mostrar a inconsistência de uma abordagem das preposições que, centrada no aspecto distribucional, opõe esta classe à das conjunções sob a alegação de que as primeiras não antecedem uma oração. Os exemplos supracitados comprovam que a preposição antecede, sim, oração. Por isso, acreditamos que itens originariamente preposicionais estão se gramaticalizando como conjuncionais em um tipo particular de orações – as reduzidas. Seguem alguns exemplos retirados de periódicos que endossam o que vem sendo discutido, dada a presença de conectores expressando diferentes matizes semânticos:

(1) A indexação dos salários, em 2012, é uma arma apontada contra a estabilidade. Afinal, a inflação já saiu do controle imediato. O sinal disso foi dado pelo próprio Banco Central, *ao ditar que os juros continuarão subindo*. Mas o remédio do juro alto virou parte do problema, pois o principal endividado é o próprio governo, que paga mais encargos financeiros *ao tentar frear o consumo privado*. [...]

Os números preliminares da execução de março mostram um sucesso parcial no controle da despesa. Mas enquanto Dilma espreme os gastos em saúde e educação, vê sua conta de juros explodir para R\$ 230 bilhões neste ano. É como enxugar gelo. O nível de juro requerido *para conter o consumidor* seria muito superior ao que dita o bom-senso. Precisariamos de uma taxa básica de 14% ou 15%, algo politicamente fora de questão. (Artigo - A arma errada para lutar com o dragão, Época, 09/05/11)

- (2) [...] Passadas apenas duas semanas de posar como herói na caçada a seu quase homônimo, Osama, o presidente americano se apresenta ao noticiário com o semblante aturdido *por chefiar uma nação cujo Congresso lhe nega elevar o limite do endividamento público federal*, que sobe à casa do US\$ 14 trilhões, valor igual ao PIB! [...] É bom repetir: o FMI não enxergou o que vinha pela frente, bateu de frente com o desastre de 2008 e continua prescrevendo mal o que deve ser feito, exatamente *por insistir no diagnóstico errado sobre os efeitos que o excesso de liquidez mundial ainda provocará*. [...] (Artigo - Tempos sombrios com líderes sem limites, Época, 23/05/11)
- (3) Se, porém, perdermos o foco e deixarmos que as atenções se voltem para a tenra infância [...] perderemos mais dez ou quinze anos *até finalmente descobirmos que ops!*, apesar de todos os progressos na pré-escola, nossos alunos continuam chegando à 4ª série *sem saber ler nem escrever*. (Artigo – Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?, Veja, 16/03/11)
- (4) [...] Não queremos ser um país excludente, mas sim, “um país de todos”. Queremos a perseverança – “sou brasileiro e não desisto nunca” –, *apesar de não estar claro qual o objetivo da persistência*. [...] A segunda (maneira) é que não apenas o objetivo educacional está atrelado ao objetivo econômico-estratégico, mas também o tipo de educação priorizada é determinado pelo caminho escolhido pelo país *para atingir seu objetivo de crescimento*. [...] (Artigo – O que o Brasil quer ser quando crescer?, Veja, 11/05/11)
- (5) Os políticos do PMDB, do PT e do PSDB se esqueceram até de acusar a mídia de tentar derrubar a chefe da Casa Civil. No governo Lula, os jornalistas eram sempre uns irresponsáveis *por divulgar verdades incômodas*. [...] Dilma convocou outro pragmático *para dividir o poder*. [...] Nem *ao anunciar o “Brasil sem miséria”*, mais um programa *para retirar milhões de brasileiros da pobreza extrema*, Dilma sorriu de maneira convincente. (Artigo – O pepino de Dilma, Época, 06/06/11)

Sabemos que a construção do texto envolve uma série de mecanismos de articulação, como a referenciação e a ordenação, para citar alguns, além dos elos lógico-semânticos. Por outro lado, destacamos, nesta exposição, o uso das preposições encabeçando orações reduzidas, porque, embora as gramáticas refiram-se às preposições como transpositores, ou seja, como elementos subordinativos, na grande maioria, deixam à margem a sua função de conector textual, atribuindo tal função unicamente às conjunções ou locuções conjuntivas. De outro modo, os textos, sobretudo, os de teor argumentativo, evidenciam uma alta produtividade do uso de preposições assumindo essa função relacional; e os exemplos acima elencados evidenciam diferentes relações semânticas – de **tempo** (Exs. 1, 3 e 4); **causa** (Exs. 2 e 3); **finalidade** (Exs. 1, 3 e 5) e **concessão** (Exs. 4 e 5).

Nesta seção, recrutamos argumentos na direção favorável à aceitação da preposição como elemento juntivo ou conjuncional. Apresentamos, na seção subsequente, os posicionamentos de Neves (2000) e Silva (2005) quanto ao emprego de determinados advérbios, já que anunciamos na introdução deste artigo que não apenas as conjunções – coordenativas típicas (*e*, *mas* e *ou*) e subordinativas (*se*, *quando*, além das locuções conjuntivas) – desempenham o papel de conector, mas outros itens que, se já são gramaticais, estão se tornando ainda mais gramaticais.

#### 4.2 CONECTORES DE ORIGEM ADVERBIAL

Neves (2000, p. 241), ao abordar a classe dos advérbios, faz menção à função conectora desta categoria, afirmando tratar-se dos advérbios juntivos, de valor anafórico, que podem se referir a uma porção de oração ou a um sintagma precedente. Estes podem indicar noção de contraste (*contudo*, *entretanto*, *no entanto* = *apesar disso*, *ainda assim*, etc.) e de conclusão/consequência (*logo*, *então*, *por conseguinte*, *por isso*, etc.). Além desses casos, a autora sinaliza tal propriedade ao tratar dos circunstantes adverbiais; e indica o *depois* como um item que atua na esfera oracional: “O mestre demorou-se um pouco, *depois* voltou-se para o companheiro num tom de mando”(NEVES, 2000, p. 261).

Nessa mesma direção, Silva (2005), ao estudar o modo como se manifesta a relação de oposição em editoriais, identificou desde os conectores propriamente ditos (*mas*, *embora*), permeando os itens que, embora não julgados como conectores, responsabilizam-se por denunciar esse sentido (advérbios e locuções adverbiais; preposições e locuções prepositivas: *em vez de*, *apesar de*, *sem*, etc.) até chegar a outros meios (oposição sem conector), incluindo aí: “itens lexicais antonímicos”, “a negação”, “a semântica do verbo”, além da “sequencialidade temporal (*antigamente/hoje*, por exemplo)” (SILVA, 2005, p. 101).

Também Bechara (1999), analisando uma estrutura cujo vínculo semântico era de oposição, apesar da ausência de marca gramatical de adversidade, comenta a importância das unidades léxicas que compõem o texto para a apreensão de interpretações adicionais. Não se está negando a relevância dos conectivos, pois a presença deles facilita a identificação dos valores semânticos. O alerta diz respeito à determinação de classificações fixas, uma tendência das abordagens tradicionais.

Vejam alguns exemplos em que partículas originariamente da classe dos advérbios estabelecem a conexão de sentenças ou porções maiores de texto.

(6) [...] Precisamos fugir da armadilha da expansão do ensino para o nível infantil por duas razões. A primeira é conceitual: [...] as reformas que produzem qualidade requerem esforços, brigas com as corporações de ensino, interferência nas universidades, fim do loteamento político de cargos. **Enfim**, (*requerem*) uma série de medidas que são tão importantes para o povo brasileiro quanto desagradáveis para nossos políticos e muitos professores e funcionários escolares incompetentes. **Por isso**, não conseguimos ainda, como país, fazer essa migração de foco na qualidade. **Assim**, continuamos aparecendo nas últimas posições de vários indicadores globais de educação. [...] O que a experiência internacional mostra é ser perfeitamente viável – **aliás**, *é o normal* – alfabetizar crianças que não passaram pela pré-escola, já na 1ª série. (Artigo – Universalização da educação infantil: solução ou armadilha?, Veja, 16/03/11)

(7) No meio de todo o ruído levantado nesses últimos tempos para saudar a subida da classe “C”, ou [...] a verdade é que pouco se ouve falar de um fenômeno ainda mais interessante – o surgimento de algo que se poderia descrever como a classe “AAA”. Ela não é mencionada na propaganda oficial, **ao contrário**, sua existência é um constrangimento nas áreas ligadas ao poder público. [...] Essa nova classe, **enfim**, parece não ter atraído até agora o interesse dos departamentos de marketing de empresas em busca de consumidores de bolso cheio – ou se já atraiu, ninguém está disposto a ficar falando nisso. Numa pátria-mãe menos distraída do que o Brasil de hoje, **porém**, a classe AAA provavelmente despertaria um pouco mais de curiosidade. (Artigo – Mais um portento, Veja, 11/05/11)

(8) [...] As autoridades que mandam hoje no ensino público nacional estão convencidas de que a função principal do MEC não é transmitir conhecimento, mas colocar a sociedade brasileira no molde político e ideológico que elas consideram ideal para o país. **Em vez de ensinar**, acham que a prioridade do ministério é combater o racismo, resolver o problema da distribuição de renda, [...] (Artigo - O ministro não conta, Veja, 08/06/11)

(9) [...] É claro que catástrofes do tamanho das enchentes na Grande São Paulo e na região serrana do Rio não podem ser combatidas só por prefeituras. **Aliás**, vários problemas coletivos extrapolam por sua natureza, a dimensão de um município. **Por isso**, é necessário estabelecer mecanismos de articulação contínua entre os entes federativos. [...] **Por fim**, é preciso evitar que os legislativos municipais degradem, com ações clientelistas ou mesmo corruptas, o meio urbano. (Artigo – Catástrofe: os problemas estão nas prefeituras, Época, 17/01/11)

(10) [...] E quando esse desagradável hábito jornalístico se tornou tão comum? Ele deve ter surgido bem recentemente, ou pelo menos no tempo que Charles de Gaulle e John F. Kennedy eram presidentes. O primeiro homem era um puritano rígido e meticuloso, que nunca deu a sua esposa motivo para reclamar, enquanto o segundo era um depravado de primeira que chegou a levar uma namorada de mafioso para as dependências íntimas da Casa Branca. **Ainda assim**, a cultura americana,

que vê Kennedy praticamente como um Galaaz, supostamente é a suscetível, ao passo que na França prevalece uma atitude mais aberta e adulta. (Artigo – Strauss-Kahn e os tolos estereótipos sobre moral, Época, 23/05/11)

Observados os exemplos supracitados, comprovamos que o estudo da hipotaxe adverbial não deve se restringir à identificação de uma tipologia oracional, ancorada no tipo de conjunção (se coordenativa ou subordinativa) nem se limitar à esfera das sentenças; antes deve se estender ao nível do texto-discurso.

Os elementos gramaticais postos em relevo imprimem ao texto diferentes relações semânticas: o **aliás**, que nas gramáticas é referido como palavra denotativa, expressa adição/confirmação, em (6), e ressalva em (9). Em (6), temos um **enfim** indicando ordenação, do mesmo modo que **por fim**, em (9). Já, em (7), o **enfim** indica conclusão, tal como **assim** em (6). Há, ainda, as expressões contrastivas, a exemplo de **ao contrário** e **porém**, em (7); **em vez de**, em (8) e **ainda assim**, em (10); além das conclusivas/consecutivas, a exemplo de **por isso**, em (6) e (9).

Para encerrar este bloco, reportamo-nos a Neves (2006), que, parafraseando Halliday e Hasan (1976), afirma ser a conjunção (junção) um processo textual (coesivo) em que há uma conexão entre o que vem depois e o que vem antes em um enunciado. Numa visão ampliada, a conexão envolve “um conjunto de relações semânticas entre orações, entre complexos oracionais, entre trechos de texto, explicitados por um sem número de expedientes, não apenas pelos elementos ditos ‘conjuntivos’, como as conjunções” (NEVES, 2006, p. 223).

Logo, parece não haver dúvida de que os casos ilustrados demonstram a diversidade de recursos de que os usuários da língua se utilizam não só para relacionar as ideias, mas orientar a argumentação, conforme a intenção comunicativa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste artigo, chamamos a atenção para a relevância da vertente funcionalista, por integrar, no estudo da gramática, os componentes - o formal, o funcional, o pragmático e o discursivo - já que na materialização linguística é difícil estabelecer fronteiras entre a sintaxe e a semântica, como também entre estas e os efeitos de sentido produzidos. Especificamente quanto ao estudo da articulação de orações, Castilho (2010, p. 373), ao estabelecer um confronto entre as subordinadas *adverbiais* e as *substantivas* e as *adjetivas*, alerta que, apesar de as adverbiais serem menos estruturadas sintaticamente, são mais

sensíveis às necessidades do discurso e, portanto, mais suscetíveis ao processo da gramaticalização.

Por essa razão, enfatizamos que o estudo da hipotaxe adverbial deve ultrapassar o nível das sentenças; além do que não deve se restringir à mera classificação dos processos de combinação tendo por base a dicotomia coordenação/subordinação, para evitar que a atribuição dos matizes semânticos se limite à correspondência com os valores das conjunções já fixados pela tradição gramatical. Vários exemplos foram aqui ilustrados, de modo a comprovar a diversidade de recursos de conexão, além das conjunções/locuções conjuntivas tipicamente citadas nas gramáticas.

Reiteramos a importância de explorar, em atividades de análise textual, a *seleção lexical*, o *tempo verbal*, a *ordem de disposição das sentenças*, além, é claro, dos *conectivos*, pois todos esses são recursos que orientam a interpretação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANTONIO, Juliano Desiderato. Estrutura retórica e combinação de orações em narrativas orais e escritas do português brasileiro. In: *Estudos linguísticos*, São Paulo, 37 (1) 223-232. Jan-abr. 2008.
2. AZEREDO, José Carlos de. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
3. BAGNO, Marcos. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011
4. BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38. Ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
5. \_\_\_\_\_. O problema da gramaticalização das preposições no projeto para a história do português brasileiro. *Estudos Linguísticos XXXIII*, p.982-988, 2004.
6. CASTILHO, Ataliba de. Para uma análise multissistêmica das preposições. In. *História do português paulista*. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.
7. \_\_\_\_\_. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
8. \_\_\_\_\_.; ILARI, Rodolfo; NEVES, Maria Helena de Moura; BASSO, Rento M. O advérbio. In ILARI, R; NEVES, M. H. M.(orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.
9. DECAT, Maria Beatriz Nascimento (*et. al.*). *Aspectos da gramática do Português: uma abordagem funcionalista*. Campinas: Mercado de Letras, 2001.



10. DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Oralidade e escrita: a articulação de cláusulas no processo de retextualização em português. In *Veredas*. Juiz de Fora. V.6. p. 161-179, jul-dez 2002.
11. GARCIA, Othon Moacir. *Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
12. HALLIDAY, Michael. A. K. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
13. \_\_\_\_\_. *An introduction do functional grammar*. 2 ed. London: Edwards Arnold Publishers Ltd., 1994.
14. HOPPER, Paul. Emergent grammar. *Berkeley Linguistics Society*, 13:139-157, 1987.
15. \_\_\_\_\_. On some principles og grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdã: Jonh Benjamins, 1991, vol.1.
16. ILARI, Rodolfo; CASTILHO, Ataliba T. de; ALMEIDA, Maria Lúcia L. de; KLEPPA, Lou-Ann; BASSO, Renato M. A preposição. In ILARI, R; NEVES, M. H. M.(orgs.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2008.
17. MANN, William C. & THOMPSON, Sandra A. *Relational propositions in discourse*. Califórnia, Califórnia: University of Southen Califórnia, 1983.
18. MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kenedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA (Orgs.). *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
19. MATOS, Gabriela. Estruturas de coordenação. In: MATEUS, Maria H. M. et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra, Almedina, 2003.
20. MATTHIESSEN, Christian; THOMPSON, Sandra. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins Plublishing, 1988. p. 275-392.
21. NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo, Martins Pontes, 1997.
22. \_\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo, Editora Unesp, 2000.
23. \_\_\_\_\_. A gramaticalização e a organização dos enunciados. In: SCRIPTA, Belo Horizonte. v 5. no 9, p.13-22, 2º sem. 2001.
24. \_\_\_\_\_. *Texto e gramática*. São Paulo, Contexto, 2006.

25. SILVA, Camilo Rosa. *Mas tem um porém...: mapeamento funcionalista da oposição e seus conectores em editoriais jornalísticos*. (Tese de Doutorado). João Pessoa: CCHLA/UFPB, 2005.

**ABSTRACT:** In this paper we focus on the junctive function elements - adverbs and prepositions, understanding that as far as conjunctions, these grammatical words connect sentences and textual fragments and, by promoting distinct semantic relations within information, they guide argumentation. We emphasize that the distinction between these classes and the conjunctions originates the distributional criteria: a nominal trait is assigned to adverbs and prepositions that precede names, and a verbal/clausal trait to the conjunctions that precede verbs. In contrast, we bring into analysis excerpts from papers taken from magazines (*Veja* and *Época*/2011) in which we identify linguistic forms which, although not labeled as conjunctions (*aliás, ao contrário*, as well as the prepositions *por, ao, para, sem*, before the infinitive form), assume the role typically given to this class, the connector. We have tried to highlight both the non-discretion within distribution of grammatical categories and the mobility of prepositions and adverbs. Collected data point to the diversity of resources available to the language user whenever communication is established via hypotaxis, in which semantic and discursive aspect are assured. Our reflection, grounded on a functionalist view of language, is based, among other authors, on Bechara (1999), Silva (2005), Castilho et al. (2008), Castilho (2009, 2010) and Moura Neves (2000, 2006).

**KEYWORDS:** adverbs; prepositions; junctives; grammaticalization; text.

Recebido no dia 29 de novembro de 2013.

Aceito para publicação no dia 12 de março de 2014.